

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a CCVM apresentou um lucro de R\$ 70.274 mil, correspondente a R\$ 9,31 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 78.700 mil. Em 31 de dezembro de 2017, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 93,89 com aumento de 11,08% em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 21 de março de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.727.778	867.665	Circulante		1.024.147	234.182
Disponibilidades		1.844	2.191	Outras obrigações		1.024.147	234.182
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	728.274	649.566	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	46.158	19.543
Aplicações no mercado aberto		219.926	104.953	Negociação e intermediação de valores	8	967.157	201.476
Aplicações em depósitos interfinanceiros		508.348	544.613	Diversas	9	10.832	13.163
Títulos e valores mobiliários	6	27.119	13.051	Exigível a longo prazo		6.896	8.391
Carteira própria		-	970	Outras obrigações		6.896	8.391
Vinculados à prestação de garantias		27.119	12.081	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.119	2.007
Outros créditos		970.346	202.697	Diversas	9	4.777	6.384
Rendas a receber		440	716	Patrimônio líquido	14	709.022	638.304
Negociação e intermediação de valores	8	966.385	197.356	Capital social		395.622	395.622
Diversos	9	3.521	4.625	De domiciliados no País		395.622	395.622
Outros valores e bens		195	160	Reservas de capital		2.044	1.600
Despesas antecipadas		195	160	Reservas de lucros		311.356	241.082
Realizável a longo prazo		6.595	7.081	Total do passivo e patrimônio líquido		1.740.065	880.877
Outros créditos		6.595	7.081				
Diversos	9	6.595	7.081				
Permanente		5.692	6.131				
Imobilizado de uso		5.692	6.131				
Imobilizado de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		1.784	1.761				
(-) Depreciações acumuladas		(1.716)	(1.254)				
Total do ativo		1.740.065	880.877				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2015		395.622	561	17	35.955	170.427	-	602.582
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	1.022	-	-	-	1.022
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	78.700	78.700
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	14	-	-	-	2.943	-	(2.943)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	31.757	(31.757)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	(44.000)	(44.000)	-
Em 31 de dezembro de 2016		395.622	561	1.039	38.898	202.184	-	638.304
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	-	-	-	-	444
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	70.274	70.274
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	14	-	-	-	3.514	-	(3.514)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	66.760	(66.760)	-
Em 31 de dezembro de 2017		395.622	561	1.483	42.412	268.944	-	709.022
Em 30 de junho de 2017		395.622	561	1.039	38.898	202.184	-	673.239
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	-	-	-	-	444
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	35.339	35.339
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	14	-	-	-	3.514	-	(3.514)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	66.760	(66.760)	-
Em 31 de dezembro de 2017		395.622	561	1.483	42.412	268.944	-	709.022

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram utilizadas considerando a mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2017: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com o alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição. **(j) Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.844 (2016 – R\$ 2.191) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 219.926 (2016 – R\$ 104.953) (Nota 5) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 508.348 (2016 – R\$ 544.613).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 219.926 (2016 – R\$ 104.953) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 508.348 (2016 – R\$ 544.613) realizadas com empresas do grupo com vencimento até janeiro de 2018 (2016 – vencimento até janeiro de 2017).

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2017	Valor de mercado 2016
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	970
LTN	-	-	-	970
Vinculados à prestação de garantias	27.094	25	27.119	12.081
LTN	27.094	25	27.119	12.081
Total da carteira de TVM	27.094	25	27.119	13.051

(b) Composição por prazos de vencimentos

	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Vinculados à prestação de garantias	27.119	-	27.119
Total da carteira – 2017	27.119	-	27.119
Total da carteira – 2016	11.636	1.415	13.051

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	685.228	747.653	32	91.141
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	281.157	219.159	197.324	110.335
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	345	-	-
Total	966.385	967.157	197.356	201.476

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros.

9. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 4.240 (2016 – R\$ 4.064) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 5.701 (2016 – R\$ 7.435) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 44.378 (2016 – R\$ 17.655) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 2.119 (2016 – R\$ 2.007) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 12.755 (2016 – R\$ 16.399), para despesas administrativas no valor de R\$ 939 (2016 – R\$ 878) e provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 587 (2016 – R\$ 560) (Nota 11 (b)).

10. Imobilizado de uso: "Imobilizado de uso" está representado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 2.720.

11. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações pelo período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2017	2016	2017	2016
Fiscais e previdenciárias	4.188	4.032	2.119	2.007
Trabalhistas	52	32	587	560
Total	4.240	4.064	2.706	2.567

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais		Total 2017	Total 2016
	legais	Trabalhistas	legais	Trabalhistas		
Saldo inicial	2.007	560	2.567	2.388		
Despesas financeiras – juros	112	27	139	179		
Saldo final	2.119	587	2.706	2.567		

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 21.956 (2016 – R\$ 20.825) sobre ganhos decorrentes da desmaterialização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 12.443 (2016 – R\$ 11.930). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **(d) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 2017, as contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montaram R\$ 128. Não há causas possíveis para 2016.

12. Receitas de prestação de serviços: Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 129.317 (2016 – R\$ 86.799).

13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias		
Contingências	250	260
Provisão de honorários advocatícios	391	373
Provisão para participação nos lucros	3.320	4.346
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(ii))	1.722	2.409
Outros	18	47
Total de créditos tributários - ativo	5.701	7.435

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 25 (2016 – R\$ 2.996) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 1.759 (2016 – R\$ 5.348). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.701 é estimada em 59% no 1º ano, 13% no 2º e 3º ano, 7% no 4º ano, 1% do 5º ao 8º ano e 2% no 9º e 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 4.835 (2016 – R\$ 6.046). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	127.899	108.192
Juros sobre o capital próprio	-	(44.000)
Resultado ajustado	127.899	64.192
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(57.555)	(28.887)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(119)	(651)
Efeito CSLL 5%	(118)	19
Outros	167	27
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(70)	(605)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	(57.625)	(29.492)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Segundo semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
			2017	2016
Receita da intermediação financeira		28.698	65.325	86.511
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		28.698	65.325	86.511
Resultado bruto de intermediação financeira		28.698	65.325	86.511
Outras receitas (despesas) operacionais		35.720	62.574	21.783
Receitas de prestação de serviços	12	70.220	129.892	87.589
Despesas de pessoal		(13.776)	(27.444)	(30.400)
Outras despesas administrativas	17	(12.408)	(23.914)	(21.946)
Despesas tributárias		(8.262)	(15.831)	(12.828)
Outras receitas operacionais		68	160	614
Outras despesas operacionais		(122)	(289)	(1.246)
Resultado operacional		64.418	127.899	108.294
Resultado não operacional		-	-	(102)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		64.418	127.899	108.192</

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3